

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12549012>

Em defesa de uma Psicologia que investigue fatos: o caso da pesquisa científica sobre os fenômenos “paranormais”

Lenny Francis Campos de Alvarenga

Professor Adjunto, Laboratório de Psicologia Aplicada e Neuropsicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade de Rio Verde.

Claudio Herbert Nina e Silva

Professor Adjunto, Laboratório de Psicologia Aplicada e Neuropsicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade de Rio Verde.

Recebido em: 22/06/2023 – Aceito em: 04/10/2023

Resumo: O estudo das experiências anômalas, frequentemente denominadas "*fenômenos paranormais*", muitas vezes enfrenta ceticismo e é descartado como não científico. Esse ceticismo decorre principalmente dos desafios metodológicos inerentes à investigação desses fenômenos, como dificuldades com experimentação, controle de variáveis e adesão aos critérios de replicabilidade e repetibilidade. Curiosamente, desafios semelhantes são encontrados em disciplinas científicas estabelecidas, como Astronomia, Geologia e Mecânica Quântica. Este artigo tem como objetivos: 1) traçar paralelos entre esses campos e a investigação das experiências anômalas; 2) demonstrar que o estudo das experiências anômalas, apesar de seu status controverso, enfrenta obstáculos científicos legítimos análogos aos das ciências reconhecidas; e 3) defender o estudo científico dos fenômenos "paranormais" pela Psicologia, argumentando que essas experiências anômalas, como qualquer outro fenômeno natural relacionado à cognição e comportamento estudado pelos psicólogos, podem ser investigadas por meio da aplicação do método científico.

Palavras-chave: Método Científico. Psicologia Anomalística. Parapsicologia.

Abstract: The study of anomalous experiences, often termed "*paranormal phenomena*", frequently encounters skepticism and is dismissed as unscientific. This skepticism largely stems from the methodological challenges inherent in investigating these phenomena, such as difficulties with experimentation, variable control, and adherence to replication and repeatability criteria. Interestingly, similar challenges are found in established scientific disciplines like Astronomy, Geology, and Quantum Mechanics. This article aims to: 1) draw parallels between these fields and the investigation of anomalous experiences; 2) demonstrate that the study of anomalous experiences, despite its controversial status, faces legitimate scientific obstacles analogous to those encountered by recognized sciences; and 3) advocate for the scientific study of "paranormal" phenomena by Psychology, arguing that these anomalous experiences, like any other natural phenomenon related to cognition and behavior studied by psychologists, can be investigated through the application of the scientific method.

Keywords: Scientific Method. Anomalistic Psychology. Parapsychology.

1. INTRODUÇÃO

O estudo das experiências anômalas, comumente referidas como "*fenômenos paranormais*", frequentemente enfrenta ceticismo e é frequentemente descartado como não científico (Utts, 1991; Evrard, 2021). Esse ceticismo se deve em grande parte aos desafios metodológicos inerentes à investigação desses fenômenos, que incluem dificuldades com experimentação, controle de variáveis e adesão aos critérios de replicabilidade e repetibilidade.

Curiosamente, desafios semelhantes são encontrados em disciplinas científicas estabelecidas, como a Astronomia, a Geologia e a Mecânica Quântica. Desse modo, os objetivos deste artigo foram: 1) traçar paralelos entre as dificuldades metodológicas enfrentadas pela Astronomia, a Geologia e a Mecânica Quântica e aquelas vivenciadas pela área de investigação das experiências anômalas; 2) evidenciar que o estudo das experiências anômalas, apesar de seu status controverso, enfrenta obstáculos científicos legítimos análogos aos enfrentados por ciências reconhecidas; e 3) apresentar a defesa do estudo científico dos fenômenos “*paranormais*” pela Psicologia, argumentando que, como qualquer outro fenômeno natural relacionado à cognição e ao comportamento estudado pelos psicólogos, essas experiências anômalas são suscetíveis de serem investigadas por meio da aplicação do método científico.

2. DESENVOLVIMENTO

A investigação científica dos assim chamados fenômenos “paranormais” ou experiências anômalas enfrenta muitas críticas desde o início dessa área de estudo (Utts, 1991). Céticos argumentam que esses assuntos não merecem investigação científica porque “*não existem*” ou porque “*não são temas científicos legítimos*” (Irwin, 2007; Evrard, 2021).

No entanto, tais argumentos refletem uma compreensão equivocada sobre o conceito de Ciência. A Ciência não é o estudo de “*temas científicos*”, mas sim o emprego de um método de investigação sistemática do mundo natural (Feinstein, 2019). A essência da Ciência não reside no seu tema de investigação ou no seu objeto de estudo, mas sim no seu método sistemático e estruturado para investigar o mundo natural (Hess, 1992; Popper, 2002; Feinstein, 2019).

Portanto, o que define aquilo que é considerado como pesquisa científica não é o assunto investigado, mas sim o método empregado para investigar esse assunto. Desse modo, o estudo dos fenômenos “*paranormais*” não pode ser definido aprioristicamente como “*não científico*” antes de se verificar se o método que está sendo empregado para estudá-los é científico ou não.

Da mesma forma, as áreas de conhecimento que se dedicam ao estudo dos fenômenos “*paranormais*” não podem ser automaticamente rotuladas como “*pseudociência*” apenas porque estudam esse tipo de fenômeno considerado controverso. Por definição, se uma área de conhecimento aplica o método científico ao

estudo de um fenômeno natural, então essa área de conhecimento é científica, independente de seu tema de investigação.

Desse modo, se uma pesquisa aplica o método científico para investigar fenômenos “*paranormais*”, considerados como fenômenos naturais que ocorrem e são parte no mundo material apesar de suas características aparentemente “*sobrenaturais*” (Cardeña, 2018), então essa pesquisa deve ser considerada científica. Logo, ainda que os fenômenos “*paranormais*” pareçam desafiar o conhecimento que a Ciência tem atualmente sobre a Natureza, isso não impede que o método científico seja aplicado ao estudo deles.

A história da Ciência tem vários precedentes nesse sentido, tais como as pesquisas sobre a eletricidade ou sobre os microrganismos, as quais também foram consideradas não científicas ou “*pseudociência*” por muitos apenas porque o conhecimento científico da época ainda não abrangia os fenômenos elétricos e microbiológicos e, portanto, alegava-se que esses fenômenos “*não existiam*”. Contudo, posteriormente, as pesquisas sobre a eletricidade e a microbiologia passaram a ser consideradas científicas à medida que a insistência na aplicação do método científico ao estudo desses fenômenos propiciou a melhoria nos procedimentos de investigação, o acúmulo de evidências e a subsequente aquisição de novos conhecimentos que foram se integrando ao corpo principal da Ciência (Mitroff, 1974).

O caso do ceticismo de muitos psicólogos em relação ao estudo dos fenômenos “*paranormais*” é particularmente irônico, visto que a própria Psicologia não é considerada “*uma ciência de verdade*”, mas sim uma “*pseudociência*” por cientistas de outras áreas (Berezow, 2012; Wilson, 2012; Jogalekar, 2013). Ainda mais irônico é o fato de que os argumentos utilizados pelos psicólogos para desqualificar as pesquisas sobre fenômenos “*paranormais*” são os mesmos usados por cientistas de outras áreas para desconsiderar a Psicologia como uma Ciência realmente: o objeto de estudo não se presta adequadamente à aplicação do método científico integralmente (Berezow, 2012; Jogalekar, 2013). Além disso, o estudo que os psicólogos fazem sobre o comportamento humano é encarado com ceticismo e percebido como “*não científico*” pelo público em geral (Lilienfeld, 2012).

A resistência de muitos em aceitar como científica até mesmo a pesquisa que empregue o método científico para estudar os fenômenos “*paranormais*” frequentemente se origina de um viés ideológico ou de um preconceito pessoal ao invés de evidências empíricas. Críticos argumentam que, como os fenômenos “*paranormais*”

não se encaixam no paradigma científico atual, não se deve atribuir o status de “*científico*” ao estudo desses fenômenos (Hyman, 1996).

Além disso, o preconceito e o viés ideológico também parecem explicar a relutância em aceitar os resultados de pesquisas científicas sobre fenômenos “*paranormais*”, mesmo à luz de evidências inequívocas de rigor metodológico e lisura na descrição e análise dos resultados. Com muita frequência, exige-se que as pesquisas sobre fenômenos “*paranormais*” atendam a critérios muito mais rigorosos do que aqueles critérios que são exigidos de outras áreas de investigação científica (Utts, 1991). No entanto, essas posições preconceituosas não se coadunam com o próprio conceito de Ciência e são contrárias ao espírito da investigação científica, o qual prospera justamente procurando elucidar aquilo que ainda não se conhece e desafiando paradigmas existentes (Kuhn, 1962).

Uma das críticas mais comumente dirigidas aos estudos que empregaram o método científico para investigar os fenômenos “*paranormais*” é a de que esses fenômenos pesquisados não existem porque raramente há repetibilidade e replicabilidade dos resultados desses estudos (Utts, 1991). Na Filosofia da Ciência, os princípios de repetibilidade e replicabilidade são frequentemente considerados pilares da metodologia científica rigorosa. Esses critérios são fundamentalmente importantes para garantir que os resultados científicos sejam confiáveis e válidos. No entanto, a aplicação de métodos experimentais e o cumprimento desses critérios não são universalmente viáveis em todas as disciplinas científicas devido à natureza peculiar dos seus objetos de estudo.

Por exemplo, áreas de estudo consideradas científicas como a Astronomia, a Geologia e a Mecânica Quântica enfrentam desafios metodológicos únicos que impedem a plena adesão dessas áreas aos princípios de repetibilidade e replicabilidade da experimentação devido à natureza de seus objetos de estudo.

Na Astronomia, os principais objetos de estudo são estrelas, planetas e galáxias que estão localizados a vastas distâncias da Terra, tornando impossível a manipulação experimental e controle de variáveis. Eventos astronômicos, como supernovas ou a formação de galáxias, são ocorrências únicas que não podem ser recriadas em um laboratório. Além disso, muitos eventos astronômicos ocorrem em escalas de tempo muito além da vida humana, tornando a observação em tempo real e a experimentação impraticáveis. Por exemplo, o ciclo de vida das estrelas se estende por milhões a bilhões de anos, impedindo que os astrônomos observem o processo

completo em um ambiente experimental controlado. Em vez disso, os astrônomos dependem de dados observacionais coletados por telescópios e outros instrumentos, e desenvolvem modelos teóricos para explicar essas observações. Essa abordagem metodológica, embora cientificamente rigorosa, não tem condições adotar o controle de variáveis e nem de possibilitar a replicabilidade nos mesmos parâmetros da metodologia experimental típica das “*ciências de laboratório*” (Mather & Boslough, 1996).

No caso da Geologia, os processos que moldam a Terra, como tectônica de placas, atividade vulcânica e erosão, ocorrem em escalas de tempo geológicas que não são adequadas para a experimentação direta. Como os astrônomos, os geólogos devem confiar em evidências indiretas e dados observacionais para entender esses processos. Por exemplo, o movimento das placas tectônicas é um processo lento que não pode ser replicado em laboratório. Os geólogos estudam as evidências deixadas por esses movimentos, como a distribuição de terremotos, a formação de cadeias montanhosas e o alinhamento de minerais magnéticos nas rochas, para inferir os mecanismos subjacentes. Embora esses métodos forneçam *insights* valiosos, eles não satisfazem os critérios estritos de repetibilidade e replicabilidade (Press & Siever, 1982), mas ainda assim a Geologia é considerada como uma ciência.

Já a Mecânica Quântica, o ramo da física que lida com o comportamento das partículas em níveis atômicos e subatômicos, apresenta um conjunto diferente de desafios metodológicos. Isso ocorre devido ao fato de que os fenômenos estudados na Mecânica Quântica são inerentemente probabilísticos e frequentemente exibem comportamentos que são fundamentalmente diferentes dos sistemas macroscópicos. Um dos princípios-chave da mecânica quântica é o “*Princípio da Incerteza*”, que afirma que certos pares de propriedades físicas, como posição e momento, não podem ser medidos simultaneamente com precisão arbitrária. Esse princípio limita a capacidade de realizar experimentos repetíveis e replicáveis no sentido clássico. Além disso, fenômenos quânticos como superposição e emaranhamento não podem ser observados diretamente; eles só podem ser inferidos por meio de medições indiretas (Heisenberg, 1927). Além disso, o processo de medição na Mecânica Quântica afeta o sistema sendo medido, introduzindo um elemento de imprevisibilidade. Por exemplo, no experimento da dupla fenda, partículas como elétrons exibem comportamento de onda quando não são observadas, mas agem como partículas quando são observadas, levando a

resultados experimentais diferentes com base na presença ou ausência de medição (Feynman, Leighton, & Sands, 1965).

Os campos da Astronomia, Geologia e Mecânica Quântica ilustram os diversos desafios que certas disciplinas consideradas científicas enfrentam na aplicação do método experimental e no cumprimento dos critérios de repetibilidade e replicabilidade. As vastas distâncias e escalas de tempo na Astronomia, os processos geológicos lentos na Geologia e a natureza probabilística dos fenômenos quânticos exigem abordagens metodológicas alternativas. Esses desafios não diminuem o rigor científico dessas áreas, mas sim destacam a complexidade e diversidade da investigação científica.

A investigação científica das experiências anômalas, incluindo fenômenos como percepção extrassensorial (ESP), telecinese e assombrações, enfrenta desafios metodológicos notavelmente semelhantes aos da astronomia, geologia e mecânica quântica. Esses fenômenos são frequentemente imprevisíveis e esporádicos, dificultando o estudo experimental controlado.

Por definição, as experiências anômalas são fenômenos idiossincráticos, ou seja, manifestam-se frequentemente a partir da predisposição particular de uma pessoa para reagir de maneira individual a um estímulo ou agente interno ou externo a ela. As experiências anômalas costumam ser fenômenos de ocorrência única ou que apenas se manifestam em condições específicas que são praticamente impossíveis de serem reproduzidas em ambiente controlado de laboratório. Por exemplo, alegações de transmissão anômala de informação tipicamente ocorrem em condições não controladas, impossibilitando a satisfação do critério de repetibilidade (Hyman, 1989).

Além disso, as experiências anômalas ainda carecem de estruturas teóricas robustas que possam gerar hipóteses empiricamente testáveis, complicando ainda mais os desenhos experimentais e os esforços de replicação. A natureza subjetiva dessas experiências e a influência de vieses pessoais e culturais também dificultam a coleta de dados objetivos (Irwin & Watt, 2007).

Apesar dos desafios metodológicos, áreas como a Astronomia, a Geologia e a Mecânica Quântica são amplamente aceitas como científicas devido ao emprego do método científico, ainda que com limitações inerentes aos seus objetos de estudo. Essas áreas utilizam amplamente evidências indiretas, desenvolvem modelos teóricos sofisticados e aplicam métodos estatísticos para lidar com a imprevisibilidade e complexidade de seus problemas de pesquisa. Da mesma forma, os pesquisadores na

área de estudo das experiências anômalas buscam empregar o método científico, incluindo experimentos controlados quando possível, mas se servindo largamente de estudos de caso único, análises estatísticas e revisões sistemáticas de evidências anedóticas, para estudar esses fenômenos cientificamente (Bem, 2011).

A principal diferença reside na percepção e aceitação dessas áreas de pesquisa. Enquanto os desafios metodológicos na Astronomia, Geologia e Mecânica Quântica são reconhecidos e abordados dentro da comunidade científica, o estudo das experiências anômalas é frequentemente marginalizado devido a uma combinação de preconceito histórico e a natureza controversa de seu objeto de estudo (Utts, 1991; Cardeña, 2018). Desse modo, mesmo utilizando métodos indiretos de investigação análogos aos empregados na Astronomia, Geologia e Mecânica Quântica, o estudo das experiências anômalas não tem a legitimidade científica semelhante à dessas áreas.

Os “*fenômenos paranormais*”, quando entendidos como fenômenos naturais, podem ser investigados como qualquer outro fenômeno cognitivo ou comportamental. Utilizando experimentos controlados quando possível, estudos longitudinais e estudos de caso, os psicólogos podem explorar sistematicamente essas experiências, contribuindo para uma compreensão científica de sua natureza e mecanismos subjacentes. Essa abordagem não apenas pode legitimar cientificamente o estudo das experiências anômalas, mas também enriquecer nossa compreensão sobre a cognição e o comportamento humanos (Irwin & Watt, 2007).

Quando possível, experimentos de laboratório podem ser projetados para investigar determinados tipos de experiências anômalas que costumam se repetir com considerável frequência. Por exemplo, estudos sobre Percepção Extrassensorial frequentemente envolvem a realização de experimentos (Braude, 2002). Meta-análises de tais experimentos, como as conduzidas por Bem (2011), fornecem avaliações estatísticas das evidências de ocorrência do fenômeno da Percepção Extrassensorial, sugerindo que essas experiências anômalas podem sim ser objeto de investigação científica, apesar de sua natureza controversa.

Por sua vez, o emprego de estudos longitudinais pode fornecer dados e entendimentos relevantes sobre a estabilidade e o desenvolvimento das experiências anômalas, visto que possibilitam acompanhar indivíduos que relatam vivenciar essas experiências por períodos prolongados. Esse tipo de estudo não experimental também pode ajudar a identificar padrões e potenciais fatores psicológicos ou ambientais que contribuem para a ocorrência de tais experiências. Por exemplo, estudos longitudinais

sobre indivíduos que relatam experiências “*paranormais*” recorrentes têm fornecido dados sobre traços de personalidade, estilos cognitivos e variáveis situacionais associadas a esses relatos (Palmer, 1979).

Os estudos de caso possibilitam análises detalhadas de vivências individuais de fenômenos “*paranormais*”. Esses exames detalhados permitem que os psicólogos explorem as dimensões contextuais e subjetivas das experiências anômalas. Por exemplo, estudos de caso de indivíduos que relatam vivenciar assombrações têm fornecido dados sobre os contextos psicológicos e ambientais, níveis de estresse, sistemas de crenças e estímulos ambientais associados aos relatos de ocorrência desse tipo de experiência anômala (Houran & Lange, 2001).

Apesar do rigor metodológico com que vários estudos de fenômenos paranormais têm sido conduzidos, ainda assim os resultados desses trabalhos são encarados com um ceticismo que não é observado em outras áreas de pesquisa psicológica que também lidam com a variabilidade inerente dos fenômenos pesquisados. Por exemplo, os estudos sobre a consciência e o bem-estar subjetivo também lidam com fenômenos complexos e multifacetados que são difíceis de medir e prever (Chalmers, 1996), mas são reconhecidos como cientificamente legítimos pela comunidade de pesquisadores da Psicologia.

3. Conclusão

Este artigo buscou destacar que a investigação científica das experiências anômalas enfrenta desafios metodológicos semelhantes aos da Astronomia, Geologia e Mecânica Quântica. Esses desafios incluem a dificuldade de controle experimental, a natureza idiossincrática dos fenômenos e a impossibilidade de repetibilidade e replicabilidade na maioria dos casos. Apesar desses obstáculos, essas ciências estabelecidas são consideradas legítimas porque empregam o método científico. O mesmo deve se aplicar ao estudo das experiências anômalas.

A relutância em aceitar a legitimidade científica da pesquisa sobre experiências anômalas frequentemente decorre de um viés ideológico, em vez de evidências empíricas. Através de exemplos históricos, este artigo ilustrou como áreas inicialmente consideradas não científicas puderam ganhar legitimidade através da aplicação persistente do método científico. Da mesma forma, mostrou-se que a Psicologia enfrenta ceticismo de outras ciências, mas é considerada legítima quando adere ao uso do método científico e não à escolha de “*temas científicos*” para investigar.

O artigo argumentou ainda que o estudo científico das experiências anômalas não deve ser descartado devido à sua natureza controversa. Ao empregar experimentos com rigoroso controle de variáveis quando possível, estudos longitudinais e estudos de caso, os psicólogos podem explorar sistematicamente essas experiências. Essa abordagem não apenas legitima a investigação científica das experiências anômalas, mas também enriquece nossa compreensão sobre a cognição e o comportamento humanos.

A aplicação contínua do método científico ao estudo das experiências anômalas pode contribuir significativamente para o campo mais amplo da própria Psicologia e para a nossa compreensão do mundo natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bem, D. J. (2011). Feeling the future: Experimental evidence for anomalous retroactive influences on cognition and affect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(3), 407-425.

Berezow, A.B. (2012). Why Psychology isn't Science. Disponível em: <https://www.latimes.com/opinion/la-xpm-2012-jul-13-la-ol-blowback-psyhology-science-20120713-story.html>

Braude, S. E. (2002). *ESP and Psychokinesis: A Philosophical Examination*. Paragon House.

Cardeña, E. (2018). The experimental evidence for parapsychological phenomena: A review. *American Psychologist*, 73(5), 663-677.

Chalmers, D. J. (1996). *The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory*. Oxford University Press.

Evrard, R. (2021). "Everybody knows Parapsychology is not a Real Science": public understanding of Parapsychology. *Journal of Anomalistics*, 21, 437-462.

Feinstein, D. (2019). *The Spectrum of Consciousness and Anomalous Experiences*. American Psychological Association.

Feynman, R. P., Leighton, R. B., & Sands, M. (1965). *The Feynman Lectures on Physics*. Addison-Wesley.

French, C. C., & Stone, A. (2014). *Anomalistic Psychology: Exploring Paranormal Belief and Experience*. Palgrave Macmillan.

Heisenberg, W. (1927). Über den anschaulichen Inhalt der quantentheoretischen Kinematik und Mechanik. *Zeitschrift für Physik*, 43(3-4), 172-198.

Houran, J., & Lange, R. (2001). *Hauntings and poltergeists: Multidisciplinary perspectives*. McFarland & Company.

- Hyman, R. (1989). *The Elusive Quarry: A Scientific Appraisal of Psychical Research*. Prometheus Books.
- Hyman, R. (1996). Evaluation of the program on anomalous mental phenomena. *Journal of Parapsychology*, 60, 3-6.
- Irwin, H.J. (2007). Science, nonscience and rejected knowledge: The case of parapsychology. *Australian Journal of Parapsychology*, 7(1), 8-32.
- Joglekar, A. Is Psychology a real Science? Does it really matter? *Scientific American*, disponível em: <https://www.scientificamerican.com/blog/the-curious-wavefunction/is-psychology-a-e2809create2809d-science-does-it-really-matter/>.
- Kuhn, T. S. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. University of Chicago Press.
- Lilienfeld, S.O. (2012). Public skepticism of Psychology: Why many people perceive the study of human behavior as unscientific. *American Psychologist*, 67(2), 111-129.
- Mather, J. C., & Boslough, J. (1996). *The Very First Light: The True Inside Story of the Scientific Journey Back to the Dawn of the Universe*. Basic Books.
- Mitroff, I. I. (1974). *The Subjective Side of Science: A Philosophical Inquiry into the Psychology of the Apollo Moon Scientists*. Elsevier.
- Palmer, J. (1979). A community mail survey of psychic experiences. *Journal of the American Society for Psychical Research*, 73, 221-251.
- Popper, K. (2002). *The Logic of Scientific Discovery*. Routledge.
- Press, F., & Siever, R. (1982). *Earth*. W.H. Freeman.
- Radin, D. (2006). *Entangled Minds: Extrasensory Experiences in a Quantum Reality*. Paraview Pocket Books.
- Roe, C. A. (2016). Anomalistic psychology and parapsychology: Research problems and prospects. *Australian Journal of Parapsychology*, 16(2), 185-211.
- Stokes, D. M. (1997). *The Nature of Anomalous Experience: Examining the Role of Emotion in Anomalous Perception*. American Psychological Association.
- Utts, J. (1991). Replication and meta-analysis in parapsychology. *Statistical Science*, 6(4), 363-403.
- Wilson, T.D. (2012). Stop bullying soft sciences. Disponível em: <https://www.latimes.com/opinion/la-xpm-2012-jul-12-la-oe-wilson-social-sciences-20120712-story.html>.